

**A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA E ACESSO A INFORMAÇÃO NOS
ARQUIVOS MUNICIPAIS**

Autor: Anna Carla Silva de Queiroz

Mestranda em Ciência da Informação pela Universidade

Federal da Paraíba (PPGCI-UFPB)

E-mail: annacarlasq@gmail.com

1 Introdução

O trabalho que ora apresentamos na forma de texto tem relação direta com uma pesquisa de mestrado em andamento que realizamos junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba. Nosso objetivo nesta pesquisa é analisar os processos de construção da memória, comunicação, acesso e uso no Arquivo Central da Prefeitura Municipal de João Pessoa-PB. Neste trabalho em especial, pretendemos introduzir uma discussão acerca das potencialidades deste arquivo em particular enquanto objetos de transmissão cultural, ou seja, nossa idéia é refletir sobre como este arquivo se constitui como um conjunto de dados à memória, pautada numa política de sucesso de preservação e acessibilidade de seu acervo. Para tanto, dividimos este trabalho em duas partes. Na primeira delas, desenvolvemos uma discussão introdutória sobre as relações de nosso objeto de estudo com a ampla área de conhecimentos denominada de Ciência da Informação. Depois lançamos mão de um debate acerca da importância da dimensão da memória relacionada à política de preservação e acesso dos acervos dos arquivos públicos administrativos.

2 Apresentação da proposta de pesquisa do mestrado:

Partindo do pressuposto que a informação pode ser entendida a partir da organização de um sistema¹ – sendo resultado de comunicações e interações humanas –

¹ Um Sistema de informação é uma totalidade formada pela interação dinâmica das partes, ou seja, possui uma estrutura duradoura com um fluxo de estados no tempo. Assim sendo, um SI é constituído pelos

procuraremos analisar em nossa pesquisa de mestrado a situação do Arquivo² Central da Prefeitura Municipal de João Pessoa – Pb, enfocando as práticas arquivísticas, seus processos de construção da memória, comunicação, acesso e uso.

Esta temática ganhou proeminência pessoal no contexto de minha formação de historiadora que me fez valorizar a importância dos arquivos para profissionais de diversas áreas, a exemplo de bibliotecários, museólogos, comunicólogos, historiadores, cientistas sociais, dentre outros. Não poderíamos deixar de apontar a carência de referências acerca de nosso objeto de estudo embora esses arquivos venham proporcionando inúmeras pesquisas nas mais diversas áreas, nenhum trabalho debruçou-se especificamente por esse sistema informativo.

O objeto de pesquisa proposto se insere na área do saber denominado de Ciência da Informação. Esta por sua vez é caracterizada, em sua essência, pela interdisciplinaridade, e, como afirma Le Coadic (2004, p. 25), traduz-se numa interação entre várias disciplinas gerando trocas e enriquecimento mútuo.

Por questões de ordem teórico-metodológica optamos por utilizar um conceito de Ciência da Informação – dentre outros possíveis – de Harold Borko, que define esta área do conhecimento da forma que segue:

Ciência da informação é a disciplina que investiga as propriedades e comportamento da informação, as forças que regem o fluxo da informação e os meios de processamento da informação para a otimização do acesso e uso. Está relacionada com um corpo de conhecimento que abrange origem, colecta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transformação utilização da informação. Isto inclui a investigação as representações da informação tanto no sistema natural, como artificial, o uso de códigos para uma eficiente transmissão de mensagens e o estudo dos serviços e técnicas de processamento da informação e seus sistemas de programação. Trata-se de uma ciência interdisciplinar derivada e relacionada com vários campos como a matemática, a lógica, a lingüística, a psicologia, a tecnologia computacional, as operações de pesquisa, as artes

diferentes tipos de informação registrada ou não exatamente ao sujeito, não importa qual o suporte, de acordo com uma estrutura prolongada pela ação na linha do tempo. (SILVA, 2006, p. 162)

² Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso (1) a documentos. Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (CONARQ, 2005, p. 27)

gráficas, as comunicações, a biblioteconomia, a gestão e alguns outros campos similares. Tem tanto um componente da ciência pura, que indaga o assunto sem ter em conta a sua aplicação, como uma componente da ciência aplicada, que desenvolve serviços e produtos (...) a biblioteconomia e documentação são aspectos aplicados da ciência da informação. (BORKO apud SILVA, 2002, p. 53)

Neste sentido, a aplicação do conceito de Ciência da Informação em nossa pesquisa se dará no viés arquivístico, entendendo os arquivos administrativos como sistemas de informação semi-fechados³, produtores e recebedores de informações, nos mais diversos suportes, no decorrer de suas atividades. Os arquivos, portanto, passam a ser analisados em seus mais diversos anglos, levando-se em consideração sua interação com seus elementos constitutivos, seus agentes produtores, usuários, dentre outros. A informação arquivística contida nos fundos administrativos, sob um olhar sistêmico, transcende a perspectiva reducionista de Michel Duchein ao afirmar que os arquivos são tão somente um conjunto de documentos produzidos ou recebidos por pessoa física ou jurídica, no decurso de suas atividades, independente de data, suporte material, informacional ou formato físico.

Na pesquisa que se encontra em curso, quanto aos instrumentos de coleta de dados, propomos a execução de um questionário constituído de alguns elementos da Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE) que serão respondidas pela responsável do arquivo. Além disso, realizaremos entrevistas e observações *in loco* intencionando conhecer as tipologias documentais e tipos de suporte, as estruturas físicas, projetos e coordenação das atividades, regulamentos internos, orçamentos, catalogações, acessibilidade e recursos humanos.

3 Memória:

Tomando por base a idéia que só “sobrevivem” como memória coletiva de tempos passados não apenas os conjuntos dos monumentos e documentos que existiram, mas o resultado de uma escolha efetuada pelos historiadores e pelas formas que operam

³ Conjunto de elementos identificáveis, interdependentes por um feixe de relações e que se perfilam dentro de uma fronteira.

em cada época histórica (LE GOFF, 1996, p. 535) propomo-nos neste artigo, discutir a construção da memória nos arquivos, sobretudo nos arquivos públicos, nosso objeto de estudo. Para tanto, lançaremos mão de uma breve contextualização.

É imprescindível frisar que a informação contida nos arquivos não pode ser pensada fora de seu contexto social, deve ser vista dentro de uma perspectiva sistêmica⁴, em que os canais e os agentes se relacionam entre si, como afirma Almino *apud* Fonseca (1996):

A informação não pode ser pensada fora de um contexto social. Ou fora de uma organização. Ela é essencialmente relacional e, portanto, organizativa e organizadora. Sua mensagem ou sentido dependem da relação entre emissor e a compreensão do observador que podem atribuir significado, qualidade, valor ou alcance a informação. (1996, p. 32)

Desde a Antiguidade a humanidade vem demonstrando uma necessidade de preservar sua história e, conseqüentemente sua memória. Foi assim, por exemplo, com os mesopotâmicos e suas placas de argila, os egípcios com seus papiros, os gregos e suas bibliotecas, e hoje nos modernos centros de documentação. No decorrer da evolução tecnológica da humanidade, a necessidade de preservação continuou embora os suportes fossem se aprimorando.

Esta relação de preservação, esta associada, segundo Silva (2006) inicialmente a uma tradição de estudo e valorização de objetos portadores de potencial intelectual e artístico da humanidade, através da biblioteconomia, documentação, arquivística, paleografia, diplomática entre outras. (2002, p. 15)

É a partir dos sistemas de informação, sobretudo nos arquivos, que os cientistas sociais constroem e/ou reconstroem o mundo a partir dos documentos⁵ produzidos pelo homem. Essas práticas são consideradas de ordem cultural, ou seja, para alguns autores, a cultura abrange as realizações materiais e espirituais de um povo. Cultura é tudo que é

⁴ Nesse “novo” paradigma a informação pode ser também encarada sistemicamente, interagindo e sendo pensada e analisada em suas diversas matizes, e em seus diversos contextos, seus agentes, seus canais.

⁵ Unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato. (Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (CONARQ, 2005, p.73)

produzido pela humanidade, seja no plano concreto ou imaterial, desde artefatos e objetos até idéias e crenças. (Silva, 2006). Conforme afirma Morin *Apud* Silva:

A cultura é a emergência fundamental própria da sociedade humana. Cada cultura concentra em si um duplo capital: por um lado, um capital cognitivo e técnico (práticas, saberes, saber-fazer, regras); por outro lado, um capital mitológico e ritual (crenças, normas, proibições, valores). É um capital da memória e organização, como é o patrimônio genético para o indivíduo. A cultura dispõe, como patrimônio genético, de uma linguagem própria (mas muito diversificada), que permite a rememoração, a comunicação, a transmissão deste capital de indivíduo e de geração em geração. O patrimônio hereditário dos indivíduos está gravado no código genético; o patrimônio cultural herdado está gravado, em primeiro lugar na memória dos indivíduos (cultura oral), depois escrito na lei, no direito, nos textos sagrados, na literatura, nas artes. Adquirida em cada geração, a cultura é continuamente regenerada. Constituiu o equivalente a um Genos sociológico, ou seja, a um enagrama-programa, que garante a regeneração permanente e complexidade social. (2006, p. 15)

Para Londolini *Apud* Jardim (1995) a relação entre os arquivos e a memória é recorrente no pensamento e nas práticas arquivísticas, pois:

A memória assim registrada e conservada constituiu e constitui ainda a base de toda atividade humana: a existência de um grupo social seria impossível sem o registro da memória, ou seja, sem os arquivos. A vida mesma não existiria – ao menos sob a forma que nós conhecemos – sem ADN, ou seja, a memória genética registrada em todos os primeiros' arquivos'. (1995, p.04)

O arquivo deve se constituir da memória de uma instituição, seja pública ou privada, objetivando ser um lugar de elaboração e conservação da memória coletiva. Os arquivos assumem fundamental valor, pois como afirma Le Goff (1996), eles se constituem como “lugares na memória”. Para Fonseca *Apud* Le Goff:

(...) conceito de memória é crucial... Torna-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. (1996, p.32)

Neste sentido acreditamos que os conjuntos documentais produzidos, acumulados e preservados nos arquivos não devam ser definidos compartimentadamente como material de arquivo e sim, conjuntos de dados constitutivos da memória. (BELLOTTO, 2007, p. 270)

Para Silva, sem a memória não seria possível contextualizar, conhecer e armazenar a informação. Para o autor o tratamento técnico visa à criação de “memórias” passíveis de serem utilizadas. (2002, p. 27).

Portanto as “representações” da memória estão intimamente ligadas à organização dos suportes materiais neles contidos, bem como o acesso a informação contida nos mais diversos suportes. É neste momento que os gestores públicos, agem com suas políticas de transparência ou silenciamento da memória, como afirma Ferreira:

A construção da memória nos arquivos passa pela ação das forças sociais em constante luta pelo controle e exercício do poder, e pela determinação do que se quer passar à posteridade como verdade. Tanto a memória individual como a coletiva têm como referencial as lembranças marcadas pela oralidade, mas convencionou-se usar o termo memória histórica para nominar as lembranças individuais e/ou coletivas registradas quer em documentos, quer em monumentos. (1995, p. 50)

Nosso objeto de estudo está inserido, dentre a esfera dos arquivos, nos arquivos públicos, mas especificamente nos arquivos municipais, que são regidos pela constituição federal de 1998, definidos da forma que se segue:

- **Art. 7º** Os arquivos públicos são os conjuntos de documentos produzidos e recebidos, no exercício de suas atividades, por órgãos públicos de âmbito federal, estadual, do Distrito Federal e municipal em decorrência de suas funções administrativas, legislativas e judiciárias. (CAPÍTULO II- Dos Arquivos Públicos)

- **Art. 17º.** A administração da documentação pública ou de caráter público compete às instituições arquivísticas federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais.

§ 4º São Arquivos Municipais o arquivo do Poder Executivo e o arquivo do Poder Legislativo. (CAPÍTULO IV - Da Organização e Administração de Instituições Arquivísticas)

O arquivo possui seis (6) funcionários, trabalhando num regime de 40h semanais, alguns graduados (administração, biblioteconomia) e pós graduados, outros portadores do ensino médio que foram relocados de outras secretarias. O arquivo está subordinado a SEAD (Secretária de Administração do Município).

Embora não possuam graduação em arquivologia, os servidores passaram por treinamento técnico, e se utilizam das práticas arquivísticas, no que se refere ao acondicionamento e conservação dos documentos produzidos pela administração municipal.

O acervo também dispõe de uma política de livre acesso a informação, o acesso ao Arquivo é irrestrito no que diz respeito à guarda permanente dos documentos, por essa razão não há problema quanto à visita do público externo. Por respeito à hierarquia, pedimos que fosse encaminhado um documento solicitando o acesso e tirada de fotos. O horário de funcionamento se estende das 08h00min as 18h00min (não fechando para almoço).

4 Referências:

AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de. Informação e memória: as relações na pesquisa. **Revista História em Reflexão**, Dourados, UFGD, v. 1, n. 2, p. 1-19, jul/ dez. de 2007.

BRASIL, Arquivo Nacional. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Publicações Técnicas; nº 51

BELLOTO, Heloísa Liberalli. 4 ed. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

DIEHL, Astor Antônio. **Cultura historiográfica: memória, identidade e representação**. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

**I SEMINÁRIO NACIONAL FONTES
DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA:
DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES
DE 01 A 04 DE DEZEMBRO DE 2009**

ISSN 2176-4514

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. A organização de arquivos e a construção da memória. **Saeculum**. João Pessoa: Julh/Dez 1995.

FONSECA, Maria Odila Kahl. **Arquivologia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2006.

GALINDO, Marcos. **Tragédia da Memória**. Massangana, Recife, v. 2, n. 1, p. 57-62, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2007. 206p.

HALBAWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**, v. 25, n. 2, p.209-221, maio/ago.1995.

LE COADIC, Yves-Fraçois. **A ciência da informação**. 2. ed. rev. e atual. Brasília, DF: Briquet/Livros, 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 3. ed. Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 1990.

MIRANDA, Antonio. **Ciência da Informação: teoria e metodologia de uma área em expansão**. Brasília: Thesaurus, 2003.

MOUTA, Maria Fernanda. **O arquivo: termos, conceitos e definições**. Viseu: Governo Civil de Viseu, 1989. 64p.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado (org.). **Métodos para pesquisa em ciência da informação**, Brasília: Thesaurus, 2007. 190p.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. 225p.

PÊCHEUX, Michel. Papel da Memória. In: ACHARD, Pierre (et.al.) **Papel da Memória**. Trad.: José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999.

POLLACK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n, 10, 1992, p. 200-212.

**I SEMINÁRIO NACIONAL FONTES
DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA:
DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES
DE 01 A 04 DE DEZEMBRO DE 2009**

ISSN 2176-4514

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SANTOS, Gildenir Carolino e RIBEIRO, Célia Maria. **Acrônimos, siglas e termos técnicos:** arquivística, biblioteconomia, documentação, informática. Campinas: Átomo, 2003.

SANTOS, Vanderlei Batista (org). **Arquivística:** temas contemporâneos. Distrito Federal: SENAC, 2007.

SILVA, Armando Malheiro e RIBEIRO, Fernanda. **Das ciências documentais a ciência da informação:** Ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

SILVA, Armando Malheiro et al. **Arquivística:** Teoria e prática de uma ciência da informação. 2 ed. Porto: Edições Afrontamento, 2002. 1v.

SILVA, Armando Malheiro. **Informação:** da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico. Porto: Edições Afrontamento, 2007.

SILVA, Zélia Lopes da. (org.). **Arquivos, Patrimônio e Memória: trajetórias e perspectivas.** São Paulo: Editora UNESP: FAPESP, 1999.

SCHELLENBERG, T.R. **Arquivos modernos:** princípios e técnicas. 6 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.